

Cliente Frequente Negócios - Proposta de Adesão Condições Gerais

Millennium
bcp

Cláusula 1ª - (Objecto e Contas Associadas)

1.1. Com a adesão do Cliente às presentes Condições Gerais, o Banco Comercial Português S.A., adiante designado "Banco" ou "Millennium bcp" fica vinculado à prestação onerosa ao de um conjunto integrado de serviços bancários, doravante abreviadamente designado por "Cliente Frequente Negócios", nos termos do aqui disposto. 1.2. Para efeitos do presente contrato, a Conta de Depósitos à Ordem nº 45525813050, titulada pelo Cliente, será designada por "Conta Mãe".

1.3. O Cliente poderá associar à Conta Mãe acima identificada outras contas de depósito à ordem abertas junto do Millennium bcp, que para o efeito indica ao Banco - adiante designada(s) Conta(s) Filha(s) - desde que estas contas sejam por si tituladas e estejam igualmente afectas à actividade empresarial que desenvolve.

1.4. O presente contrato produz efeitos sem prejuízo da concomitante aplicação das Condições Gerais de Depósitos à Ordem subscritas pelo Cliente para a abertura da(s) conta(s) de depósitos à ordem afecta(s) ao "Cliente Frequente Negócios".

1.5. Nos termos e somente para os efeitos do presente contrato, à Conta Mãe acima indicada ficará(ão) ainda associada(s) ou excluída(s) a(s) Conta(s) que seja(m) supervenientemente indicada(s) pelo Cliente, que para tal venham a ser designadas ao Banco, mediante comunicação escrita do mesmo Cliente, modificativa da originária Proposta de Adesão.

1.6. A comunicação do Cliente a que se refere o número anterior será efectuada com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias relativamente à data em que a mesma produzirá efeitos.

Cláusula 2ª - (Mensalidade)

2.1. O Titular obriga-se a pagar ao Banco no 1º dia útil de cada mês do ano civil a comissão de gestão mensal de 15 (quinze) euros, acrescida de Imposto do Selo da verba 17.3.4 da TGIS, que atualmente é de 4%.

2.2. O Titular autoriza, desde já, o Banco a debitar a sua Conta Mãe, pelo valor da sobredita comissão convencional e respetivos encargos fiscais, no respetivo vencimento, obrigando-se a manter sempre tal conta com a provisão necessária para o efeito.

Cláusula 3ª - (Contrapartidas)

3.1. Mediante o pagamento pontual da mensalidade ora convencional, o Banco assegura as seguintes contrapartidas à Conta Mãe, e quando aqui expressamente referido também às respetivas Contas Filhas:

- a) Isenção do pagamento da comissão de manutenção de conta aplicável à Conta Mãe e às respetivas Contas Filhas;
- b) Acesso sem custos ao Portal Empresas millenniumbcp.pt para consultas;
- c) Isenção no pagamento de comissões nas transferências através do Portal Empresas millenniumbcp.pt, pontuais, permanentes ou por lote, sem caráter urgente, por mês, emitidas em Euros, Coroas Suecas ou Leus Romanos, para países aderentes à SEPA (28 países da UE e Islândia, Liechtenstein, Mónaco, Noruega, Suíça e São Marino), até ao valor máximo de 50.000€ por transação (ou contravalor se em Coroas Suecas ou Leus Romanos e sem limite entre contas do Millennium bcp), desde que ordenadas com a indicação do NIB, ou do IBAN e BIC SWIFT (consoante o destino da transferência);
- d) Isenção do pagamento de comissões pela emissão de um módulo de 30 cheques com cópia, cruzados, não à ordem, requisitados através do Portal Empresas millenniumbcp.pt, em cada trimestre do ano civil, relativos exclusivamente à Conta

Mãe. É devido o Imposto do Selo sobre cada cheque emitido nos termos do n.º 4 da TGIS, atualmente de 5 centimos. Sujeito a decisão de crédito;

e) Isenção de cobrança de anuidade de um cartão de débito Millennium bcp Maestro para movimentação da Conta Mãe;

f) Isenção de cobrança de anuidade de dois cartões de crédito Business Gémeos Silver (1 Visa + 1 American Express) ou um cartão American Express Business Green, vinculados à Conta Mãe, sem prejuízo do disposto em 3.2.;

g) Isenção de cobrança de anuidade de dois cartões de depósito - Cartão Millennium bcp Depósito - para movimentação da Conta Mãe;

h) Atribuição de um Seguro de Acidentes Pessoais destinado ao titular ENI, aos Membros dos Órgãos Sociais de Gestão de Empresas (Gerentes ou Administradores); Membros de Órgãos de Direção Executivos de Ordens, Associações, Federações, Cooperativas ou Clubes; Membros Eleitos ou Nomeados para os Órgãos Executivos do Poder Local; Membros da Administração de Condomínios (Condóminos se pessoas individuais), desde que o Empresário em nome Individual, a Empresa ou Organismo seja titular de conta associada à Solução Cliente Frequente Negócios;

i) Atribuição de um Seguro de Assistência ao Estabelecimento Comercial e Proteção Jurídica.

3.2. A celebração do presente contrato não pressupõe nem implica qualquer alteração aos critérios de análise de risco de crédito por parte do Millennium bcp para a eventual atribuição do cartão de crédito referido na alínea f) precedente, pelo que toda e qualquer eventual solicitação de crédito pelo Cliente ao Banco será sempre objecto de análise casuística e de risco creditício segundo o livre critério do Banco.

3.3. As contrapartidas atrás mencionadas apenas produzem efeitos na vigência do presente Contrato, cessando imediata e automaticamente com este, independentemente da causa extintiva, passando então a aplicar-se individualizadamente, a cada um dos produtos e serviços financeiros a que se referem as cláusulas supra, o Preçário do Banco em vigor nesse momento.

3.4. Com a celebração do presente contrato, o Cliente declara: a) Ter recebido as Condições Gerais e Particulares referentes a cada um dos produtos financeiros identificados em 3.1., alíneas e) , f), g), h) e i) supra; b) Ter lido, conhecer, subscrever e aderir sem reservas ao teor das Condições Gerais e Particulares identificadas antecedentemente.

Cláusula 4ª - Vigência

O presente contrato entra em vigor a partir da data comunicada pelo Banco ao Primeiro Titular da Conta Família, por escrito, através dos meios de comunicação convencionados para a prestação de informações sobre a Conta, e é celebrado pelo prazo de 1 (um) ano, automática e sucessivamente renovável por iguais períodos sucessivos, salvo se qualquer uma das partes proceder à respetiva denúncia por meio de pré-aviso escrito ou comunicação telefónica suscetível de confirmação de autoria e de gravação em suporte duradouro.

Cláusula 5ª - (Alterações)

5.1. O Banco poderá por alteração de circunstâncias, variações de mercado, alterações legais ou regulamentares, ou outras, modificar unilateralmente e por sua iniciativa, o clausulado do presente contrato, designadamente quanto ao montante da mensalidade devida pelo Cliente e/ou à(s) contrapartidas ora atribuídas. O Cliente será informado de qualquer modificação mediante um pré-aviso remetido por circular, mensagem no extracto de conta, correio electrónico (e-mail), ou outro meio escrito apropriado, com a antecedência mínima de 60 dias de calendário relativamente à data

CEB481701

Cliente Frequente Negócios - Proposta de Adesão

Condições Gerais

pretendida para a referida modificação. Nesse caso, o Cliente poderá, dentro do prazo de trinta dias de calendário contados da recepção dessa comunicação, resolver o presente contrato com fundamento nessas alterações.

5.2. As alterações comunicadas pelo Banco nos termos do número anterior haver-se-ão por definitivamente aceites, se o Cliente não resolver o presente contrato dentro do prazo ali referido e serão aplicadas e devidas decorridos sessenta dias de calendário sobre a data da comunicação do Banco.

5.3. Se o Cliente proceder à resolução contratual nos termos acima definidos, cessam todas as contrapartidas, nos termos da cláusula 3.3..

5.4. Sem prejuízo do número antecedente, tratando-se de Cartão de Débito e/ou de Crédito e/ou de Depósito, serão também devidas ao Banco as anuidades previstas nas Condições Gerais de Utilização, ainda que reduzidas proporcionalmente ao número de meses que decorreriam, nos termos da cláusula 4ª, caso não tivesse ocorrido a respectiva resolução.

Cláusula 6ª - (Resolução)

6.1. A falta de cumprimento atempado pelo Cliente de quaisquer das respectivas obrigações convencionadas no presente contrato, nomeadamente a falta de pagamento pontual de qualquer mensalidade, confere ao Banco o direito de resolver e pôr termo imediato ao presente contrato, assim fazendo cessar imediatamente os respectivos efeitos.

6.2. Por expressa convenção entre os Outorgantes, o Banco poderá ainda resolver e pôr termo ao presente contrato, com efeitos imediatos, nos seguintes casos:

a) Ocorrendo falência ou insolvência do Cliente ou, em geral, se o Banco, de acordo com o seu livre critério, considerar ter ocorrido o agravamento do risco creditício do Cliente;

b) Se, quaisquer bens ou direitos de crédito, incluindo saldos de contas bancárias, do Cliente vierem a ser objecto de arresto, penhora, ou qualquer outra medida de apreensão judicial;

c) Ocorrendo a utilização do Cartão de Débito referido na alínea e) da cláusula 3.1. supra, em transacções ou levantamentos a débito que originem descobertos não autorizados na Conta Mãe acima identificada;

d) Se se vier a verificar serem falsas, inexatas ou incorrectas as informações prestadas ao Banco pelo Cliente no acto de abertura de conta, ou na celebração do presente contrato, ou posteriormente nas respectivas actualizações da conta, ou no âmbito da contratação de crédito;

e) Se se verificar uma conduta do Cliente que ponha em causa a confiança que deve presidir à celebração e/ou execução de negócios jurídicos, nomeadamente quando se verifique o incumprimento do Cliente em outros contratos celebrados ou a celebrar com o Banco, ou tenha ocorrido a devolução de cheques por falta ou insuficiência de provisão.

6.3. Em caso de resolução do presente contrato pelo Banco, nos termos previstos nas cláusulas 6.1. ou 6.2. supra, será aplicável correspectivamente o disposto na cláusula 5.3. supra.

Cláusula 7ª - (Comunicações)

7.1. Quaisquer comunicações escritas que o Banco remeta ao Cliente serão enviadas para o endereço por este indicado no âmbito da Conta Mãe, que se obriga a manter devidamente actualizado, o qual, para efeitos de qualquer comunicação, se considera o lugar convencionado para efeitos de citação em caso de litígio.

7.2. Qualquer alteração do domicílio convencionado deve ser prontamente comunicada pelo Cliente ao Banco. É inoponível ao Banco qualquer alteração do domicílio/sede supra referenciado(a) pelo Cliente, salvo se este houver notificado o

Banco dessa alteração, mediante carta registada com aviso de recepção.

Cláusula 8ª - (Tratamento de Dados Pessoais)

8.1. O Cliente autoriza o tratamento, efectuado com ou sem meios automatizados, dos dados pessoais fornecidos e dos acessos, consultas, instruções, transacções e outros registos respeitantes a este contrato, bem como, consente na recolha de informação a si respeitante junto do Banco de Portugal, ou de quaisquer instituições de crédito ou serviços de informação ou de crédito, com vista à avaliação da sua solvabilidade, respectivamente, e ao respectivo tratamento com ou sem meios automatizados.

8.2. O responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos é o Banco, os agrupamentos complementares de empresas por ele constituídos ou as empresas por ele dominadas ou participadas, incluindo as empresas, sucursais e escritórios de representação do Banco estabelecidos no estrangeiro, aos quais o mesmo pode comunicar os dados recolhidos e registados.

8.3. A finalidade do tratamento dos dados diz exclusivamente respeito ao conhecimento e avaliação da solvabilidade do Cliente e à prossecução da actividade do responsável, o que implica, nomeadamente, a garantia dos níveis de serviço, a minimização dos riscos da actividade financeira, o conhecimento das responsabilidades de crédito, a viabilização do exercício de direitos e do cumprimento de obrigações contratualmente emergentes para qualquer das partes, a adopção de procedimentos de controlo do crédito e da base de Clientes e serviços, processamentos de natureza estatística ou de adequação de produtos e serviços ao Cliente, a gestão de contactos e a realização de acções promocionais junto do Cliente. 8.4. É assegurado, nos termos legais, o direito de informação, correcção, aditamento ou supressão dos dados pessoais, mediante comunicação escrita dirigida ao Banco.

Cláusula 9ª - (Despesas)

São da conta do Cliente todas as despesas e encargos legais ou regulamentares associados à celebração e à execução do presente Contrato, nomeadamente o Imposto do Selo aplicável a comissões e à emissão de módulos de cheque.

Cláusula 10ª - (Foro)

Para dirimir todas as questões emergentes do presente contrato, são competentes os foros da comarca de Lisboa, do Porto e/ou do domicílio do Cliente em Portugal, com expressa renúncia a qualquer outro.